



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Departamento da Indústria de Defesa
COMDEFESA**

FEVEREIRO/2016

SÍNTESE COMDEFESA I

No dia 01 de fevereiro o COMDEFESA realizou sua primeira reunião plenária que contou com a presença da Sra. Perpétua Almeida, recentemente empossada no cargo de Secretária de Produtos de Defesa da SEPROD (Ministério da Defesa).

No esforço da SEPROD em compreender e auxiliar nas atuais necessidades do setor de defesa, foi proposto aos integrantes do COMDEFESA que expusessem seus óbices para análise e reavaliação do Governo.

Embora muitos deles sejam comuns ao setor e de conhecimento de todos os envolvidos – ex.: orçamento – destacaram-se, também, pontos específicos de extrema importância – ex.: legislação – que contribuíram para ampliar o conhecimento de todos os presentes acerca do atual cenário e ameaças para o mercado de defesa nacional e internacional.

Nessa oportunidade, a SEPROD recebeu algumas sugestões da indústria a fim de buscar soluções com foco nos problemas postergados há décadas por razões diversas, mas carecem de medidas imediatas para que a Base Industrial de Defesa no Brasil possa se reestruturar.



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Departamento da Indústria de Defesa
COMDEFESA

Foram expostas as prioridades do ponto de vista do Ministério da Defesa:

- Definição das tecnologias que o País precisa dominar e as dependências a serem superadas;
- Integração das demandas das três Forças Armadas;
- Reorganização da Base Industrial de Defesa;
- Alternativa de criação de fundo nacional para a defesa;
- Reavaliação da Lei 12.598 e suas aplicações;
- Criação de um novo Departamento dentro da SEPROD com o objetivo de captar recursos para auxiliar o financiamento e impulsionar a defesa nacional abarcando toda a BID: Universidades, Centros de Pesquisa, Indústria e Forças Armadas.

Por parte dos integrantes do COMDEFESA foram destacadas como prioridades:

- I. Criação de uma nova nomenclatura que contemple “serviços” dentro da SEPROD, que hoje é focada em produtos de defesa;
 - Embora a definição de Produto de Defesa (PRODE) seja todo bem, serviço, obra ou informação empregado para a defesa, existe por parte da indústria a necessidade de medidas que abranjam – de forma equivalente – todos estes processos pelo Ministério da Defesa.
- II. Padronização de processos de aquisição da demanda nacional;
 - Na Estratégia Nacional de Defesa (2008) já é mencionada a formulação de uma política articulada de compras a ser implementada pela SEPROD, que uma vez definida trará benefícios em planejamento, gestão e controle dos



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Departamento da Indústria de Defesa
COMDEFESA

programas militares garantindo a alocação eficiente dos recursos, alto desempenho dos programas e qualidade dos produtos e serviços de defesa. Espera-se com isso, além da eliminação de gastos sobrepostos a otimização das tecnologias sensíveis.

III. Questões relacionadas a compras: importação mínima inevitável (insumos), barreiras da Lei 8.666 impostas pela obrigatoriedade de escolha pelo menor preço, custo Brasil;

➤ A política de compras de produtos de defesa deve caminhar de acordo com a realidade da IND. A legislação brasileira permite que se importe produtos de defesa com isenção de impostos e, embora tenha sido aprovada a Lei 12.598 que possibilita a aquisição a partir de conteúdo tecnológico e estratégico para a defesa nacional, ainda existem entraves para a sua aplicação.

IV. Lei Nº 12.598 e RETID;

➤ Necessidade de articulação do Ministério da Defesa junto à Receita Federal a fim de estabelecer padrão para a execução da instrução normativa do RETID pelas Delegacias da RF antes de repensar a Lei 12.598 para que a indústria possa fruir, de fato, do benefício e posteriormente avaliar seu uso.

V. Definição de conteúdo nacional e domínio tecnológico;

VI. Isenção/minimização de impostos no desenvolvimento de produtos/serviços estratégicos;

VII. Acultramento do País sobre a importância da defesa nacional e os prejuízos que o sucateamento das Forças Armadas ocasiona;

VIII. Medidas para superar questões orçamentárias / previsibilidade (compras do Governo) de forma que o pagamento possa ser realizado a partir



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Departamento da Indústria de Defesa
COMDEFESA

de outras fontes da União que não comprometam o orçamento já escasso. A respeito desta questão, foi proposta uma alternativa:

É sabido que ao final de cada ano – todo dia 31/12 – os bancos da União apresentam volume de recursos, muitas vezes originados do Fundo de Investimento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FI-FAT) destinados a investimentos no País e não utilizados dentro desse exercício do ano fiscal.

Os fundos parafiscais no Brasil (FGTS e FAT) são utilizados, além de sua função originária – seguro social (seguro-desemprego, indenizações, etc.), e através dos bancos públicos, no apoio aos investimentos de cunho social: projetos de infraestrutura, saneamento básico, habitações populares, e atividades econômicas que geram emprego e renda.

A proposta é que sejam listados – juntamente com as empresas financeiras – os projetos, bens e serviços prioritários para a defesa nacional. Dessa forma, seria possível solicitar os repasses da União a tais projetos e prever com maior segurança todas as suas etapas.

A reunião durou cerca de 3 horas e os debates que ocorreram devido ao alto nível de importância dos temas propostos muito enriqueceram os trabalhos e devem cooperar nas próximas ações da SEPROD no empenho de auxiliar a reestruturação da Base Industrial de Defesa do País.